Fls.:.
Rubrica:
Matricula:

TERMO DE REFERENCIA

I-OBJETO: Aquisição de medicamentos psicotrópicos, destinados a atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Tibau/RN, visando garantir o abastecimento da assistência farmacêutica municipal e a continuidade dos tratamentos dos pacientes atendidos pela rede pública de saúde do Município, conforme prescrições médicas e demais necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

II- JUSTIFICATIVA: A aquisição de medicamentos psicotrópicos destinados ao Fundo Municipal de Saúde de Tibau/RN justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade e a regularidade da assistência farmacêutica aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito do Município.

Os medicamentos psicotrópicos são utilizados no tratamento e acompanhamento de pacientes que apresentam diferentes condições relacionadas à saúde mental, sendo indispensáveis, conforme prescrição e acompanhamento profissional, para a manutenção e continuidade dos tratamentos realizados pela rede municipal de saúde.

A aquisição tem como finalidade assegurar o fornecimento regular dos medicamentos aos pacientes que deles necessitam, evitando a interrupção dos tratamentos prescritos, o agravamento de quadros clínicos e possíveis prejuízos à saúde dos usuários.

Ressalta-se que a disponibilidade desses medicamentos na rede pública é fundamental para garantir o acesso da população ao tratamento adequado, especialmente aos pacientes em situação de vulnerabilidade social que dependem do fornecimento pelo Município.

Dessa forma, a aquisição mostra-se necessária para atender às demandas do Fundo Municipal de Saúde de Tibau/RN, garantir a continuidade dos tratamentos, manter o abastecimento da assistência farmacêutica municipal e assegurar o atendimento à população, observando-se as prescrições médicas, os protocolos assistenciais aplicáveis e a legislação sanitária vigente.

Assim, a aquisição dos medicamentos psicotrópicos é medida necessária ao regular funcionamento dos serviços públicos de saúde do Município de Tibau/RN e à garantia da assistência adequada aos usuários do SUS.

III- PRODUTO(S) E ESPECIFICAÇÃO(ÕES) TECNICA(S):
A aquisição e/ou serviços a serem oferecidos encontram-se discriminados e devidamente especificados a seguir:

Item - Código - Descrição	Unidade	Quantidade
1 - 0024262 - AC VALPROICO / VALPROATO DE SÓDIO 50MG/ML	Frascos	2.000
2 - 0021888 - AC .VALPROICO/ VALPROATO DE SÓDIO 250MG	Comprimi	25.000
3 - 0021889 - AC .VALPROICO/ VALPROATO DE SÓDIO 500MG	Comprimi	20.000

4 - 0018775 - Alprazolam 0,5mg	Comprimi	22.000
5 - 0018776 - Alprazolam 1mg	Comprimi	22.000
6 - 0018777 - Alprazolam 2mg	Comprimi	27.000
7 - 0021890 - BROMAZEPAM 3MG	Comprimi	20.000
8 - 0018780 - Bromazepam 6mg	Comprimi	25.000
9 - 0024263 - BENZOCAÍNA 200MG\ML (ANÉSTESICO TÓPICO GEL)	Unidades	1.000
10 - 0021891 - CARBAMAZEPINA 200MG	Comprimi	22.000
11 - 0024264 - CARBAMAZEPINA 20MG/ML (2%) - 100 ML - SOLUÇÃO	Frascos	800
12 - 0021893 - CARBONATO DE LÍTIO 300MG	Comprimi	20.000
13 - 0018786 - Clonazepam 2mg	Comprimi	35.000
14 - 0018785 - Clonazepam 0,5mg	Comprimi	35.000
15 - 0021894 - CLONAZEPAM 0,25 MG	Comprimi	20.000
16 - 0021883 - CLONAZEPAM,2,5MG/ML SOL ORAL, GTS, 20ML	Frascos	5.000
17 - 0021916 - CLOBAZAM 10 MG	Comprimi	10.000
18 - 0021917 - CITALOPRAM 20MG	Comprimi	27.000
19 - 0018778 - Clor. Biperideno 2mg	Comprimi	18.000
20 - 0018805 - Clor. Tioridazina 50mg	Comprimi	5.000
21 - 0018747 - Clor.Clopromazina 100mg	Comprimi	12.000
22 - 0018748 - Clor.Clorpromazina 25mg	Comprimi	20.000
23 - 0018760 - Clor. Paroxetina 20mg	Comprimi	18.000
24 - 0021885 - CLOR. SERTRALINA 50MG	Comprimi	35.000
25 - 0018764 - Clor. Sertralina 100mg	Comprimi	22.000
26 - 0018770 - Clor. Fluoxetina 20mg	Comprimi	56.000
27 - 0021918 - DAFORIN CLOR. DE FLUOXETINA GOTAS 20 MG/ML	Frascos	1.000
28 - 0018771 - Clor .amitriptilina 25mg	Comprimi	56.000
29 - 0021908 - CLOR. NORTRIPTILINA 25 MG	Comprimi	17.000
30 - 0021909 - CLOR. NORTRIPTILINA 50 MG	Comprimi	15.000
31 - 0021910 - CLOR. NORTRIPTILINA 75 MG	Comprimi	11.000
32 - 0026232 - CLOR. VENLAFAXINA 75MG	Comprimi	15.000
33 - 0021915 - CLOR. VENLAFAXINA 150MG	Comprimi	15.000
34 - 0018754 - Diazepam 5mg	Comprimi	58.000
35 - 0018755 - Diazepam 10mg	Comprimi	58.000
36 - 0018811 - Divalproato de sódio 500mg	Comprimi	10.000
37 - 0024265 - DULOXETINA 60MG	Comprimi	20.000
38 - 0024266 - ESCITALOPAM 10MG	Comprimi	20.000
39 - 0024267 - ESCITALOPAM 15 MG	Comprimi	20.000
40 - 0021904 - ESCITALOPAM 20MG	Comprimi	22.000
41 - 0021903 - FUMARATO DE QUETIAPINA 25MG	Comprimi	25.000
42 - 0018810 - Fumarato de quetiapina 100mg	Comprimi	25.000
43 - 0018789 - Fenitoina 100mg	Comprimi	28.000
44 - 0018790 - Fenobarbital 100mg	Comprimi	45.000

45 - 0024268 - HALOPERIDOL TIPO USO: SOLU GOTAS , CONCENTRAÇÃO: 2 MG/M	Frascos	1.000
46 - 0021897 - HALOPERIDOL 1MG	Comprimi	25.000
47 - 0021898 - HALOPERIDOL 5MG	Comprimi	20.000
48 - 0018798 - Lorazepam 2mg	Comprimi	16.000
49 - 0024269 - Cloridrato De Benserazida; Levodopa. Dosagem: 100 Mg + 25 Mg. Marca: Prolopa	Comprimi	8.500
50 - 0018807 - Levodopa 250 + Carbidopa 25Mg	Comprimi	8.500
51 - 0021912 - MALEATO DE LEVOMEPROMAZINA SOLUÇÃO ORAL 4% (40MG/ML) FRASCO 20ML	Frascos	2.000
52 - 0018797 - Maleato de levomepromazina 100mg	Comprimi	20.000
53 - 0021899 - MALEATO DE LEVOMEPROMAZINA 25MG	Comprimi	20.000
54 - 0021907 - MORFINA 10MG	Comprimi	15.000
55 - 0021921 - neuleptil 1% GOTAS PEDIÁTRICAS 20 ML	Frascos	10.000
56 - 0021922 - OXCARBAZEPINA 600 MG	Comprimi	10.000
57 - 0021923 - OXCARBAZEPINA 60 MG/ML SUSPENSÃO ORAL 100ML	Frascos	2.000
58 - 0021924 - OXCARBAZEPINA 300 MG	Comprimi	10.000
59 - 0024270 - OLANZAPINA 10 MG	Comprimi	15.000
60 - 0021928 - Pregabalina 75 mg	Comprimi	25.000
61 - 0024271 - PARACETAMOL +CODEÍNA	Comprimi	18.000
62 - 0021920 - RITALINA CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG	Comprimi	25.000
63 - 0018799 - Risperidona 1mg	Comprimi	45.000
64 - 0021900 - RISPERIDONA 2MG	Comprimi	40.000
65 - 0021901 - RISPERIDONA 3MG	Comprimi	20.000
66 - 0021902 - RISPERIDONA 1MG/ML GOTAS C/30ML	Frascos	3.000
67 - 0021906 - TRAMAL 50MG	Comprimi	24.000
68 - 0021905 - ZOLPIDEM 10MG	Comprimi	20.000
69 - 0024272 - HALOPERIDOL 5MG\ML	Ampolas	5.000
70 - 0018836 - Fentanila 10ml	Ampolas	3.000
71 - 0024273 - FENOBARBITAL 100MG\ML	Ampolas	3.000
72 - 0024274 - PETIDINA 25MG\ML	Ampolas	2.000
73 - 0024275 - PROPOFOL 10MG\ML	Ampolas	500
74 - 0024276 - TRAMAL 50MG\ML	Ampolas	25.000
75 - 0024277 - TRAMAL 100MG\ML	Ampolas	35.000
76 - 0024278 - DIAZEPAM 50MG\ML	Ampolas	12.000
77 - 0024279 - MIDAZOLAM 50MG\ML	Ampolas	8.000
78 - 0024280 - DECANOATO HALOPERIDOL 70,5MG\ML	Ampolas	8.000
79 - 0024281 - MORFINA 10MG\ML	Ampolas	15.000
80 - 0024282 - FLUMAZENIL 0,5MG\ML	Ampolas	3.000
81 - 0024283 - NALOXONA 0,4MG\ML	Ampolas	1.000
82 - 0024284 - FENITOINA 5%MG\ML	Ampolas	2.000
83 - 0024285 - CLOPROMAZINA 5MG\ML	Ampolas	3.000

84 - 0024286 - SUXAMETÔNIO (SUCCINIL COLIN) 100MG	Ampolas	2.000
85 - 0024288 - HEPARINA SÓDICA 5.000 UI\0,25ML	Ampolas	3.000
86 - 0024290 - METILERGOMETRINA 0,2MG\ML	Ampolas	1.000

IV- LOCAL DA ENTREGA:

Sede da Prefeitura Municipal de Tibau/RN, localizada na Rua do Pargo, nº 76, Centro ou em local definido pela secretaria requisitante, de acordo com as quantidades e especificações constantes na Ordem de Compra, sendo a documentação devidamente conferida pelo Fiscal do Contrato.

V- PRAZO DA ENTREGA:

A empresa receberá através de, e-mail, ou pessoalmente esta Ordem de Execução, e terá um prazo máximo de 10 (dez) dias corridos para efetuar a entrega dos produtos, constantes da ordem de compra. O fornecimento dos itens componentes do objeto do presente Termo será efetuado, parceladamente, à medida das necessidades da PMT, e entregue no endereço acima ou em local determinado pela Secretaria requisitante, de acordo com as quantidades e especificações constantes na Ordem de Compra, sendo a documentação devidamente conferida pelo Fiscal de Contrato.
A reparação ou substituição dos materiais deverão ocorrer no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis sobre a recusa dos mesmos. Esgotado esse prazo, a empresa será considerada em atraso e sujeita às penalidades cabíveis.

O transporte e a entrega dos itens no local designado serão de responsabilidade exclusiva da empresa vencedora, sem que qualquer custo adicional possa ser incluído posteriormente.

O recebimento provisório, no ato da entrega, por fiscal, designado para este fim, que procederá a conferência de sua conformidade com o pedido. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento, assinando-se o canhoto do respectivo documento fiscal de entrega;

O recebimento definitivo, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante “atesto” na nota fiscal, após a realização dos testes e comprovada a adequação aos termos da nota de empenho.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da empresa contratada.

A PMT, reserva-se o direito de não receber o objeto em desacordo com as especificações e condições constantes deste instrumento, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o contrato de acordo com o disposto na Lei 14.133/2021

O não fornecimento dos produtos será motivo de aplicação das penalidades previstas no edital.

VI- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A Contratada obriga-se a:

Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente das especificações do objeto a ser contratado;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto/ ou serviços, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente termo;

Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento e alimentação de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

VII- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A Contratante obriga-se a:

Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

Em caso de dúvida acerca da qualidade e do cumprimento das especificações referentes aos materiais e equipamentos entregues pela CONTRATADA, poderá a CONTRATANTE solicitar a realização de ensaios, testes e verificações necessárias à conferência pertinente, a expensas da CONTRATADA, por empresa especializada ou outra entidade com experiência no assunto.

Efetuar o pagamento no prazo previsto.

VIII- MEDIDAS ACAUTELADORAS:

Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação

IX- CONTROLE DA EXECUÇÃO:

A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

O gestor do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

X- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

A disciplina das infrações e sanções administrativas serão aplicadas de acordo com o Art. 155 da Lei 14.133/2021 e a legislação pertinente aplicável ao caso.

XI- AVALIÇÃO DOS CUSTOS:

Será realizado a pesquisa de preços, afim de apurar os preços praticados no mercado.
O custo estimado será apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base no sistema Banco de preços, em pesquisas de mercado e mediante consultas.

XII- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)
a) **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
b) **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
d) **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
e) **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
g) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
h) Cópia da Carteira de Identidade ou documento equivalente do(s) sócio(s) ou proprietário(s)

QUALIFICAÇÃO TECNICO PROFISSIONAL E TECNICO OPERACIONAL (art. 67 da lei 14.133/2021)

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;
b) Entidades de Direito Público que emitirem atestados, o Secretario ou Servidor tem FÉ PÚBLICA, no exercício da sua função, não necessitando ter firma reconhecida, facultado ao Município fazer consulta ou diligência no sentido de averiguar a veracidade do atestado.
c) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
d) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
e) No caso de assinatura digital em atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direto privado, a assinatura apenas será válida caso haja código de verificação da autenticidade do documento via internet, impresso no documento;
f) Alvará de licença sanitária expedido pela Vigilância Sanitária do Estado ou Município da sede, matriz ou filial

HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA (art. 69 da lei 14.133/2021):
a) Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;
b) O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE do exercício vigente se houver prorrogação anexar documentos comprobatórios, deverão estar registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante e estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade — CRC de forma regular.
A comprovação da boa situação financeira da licitante será apurada através do resultado levantado no balanço com a obtenção dos seguintes índices:

I - Índice de Liquidez Corrente – calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada a empresa que obtiver a pontuação final **maior ou igual que 1,0 (um virgula zero).**

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

Onde: LC = liquidez corrente
AC = ativo circulante
PC = passivo circulante

II - Índice de Liquidez Geral – calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada a empresa que obtiver a pontuação final **maior ou igual que 1,0 (um virgula zero).**

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Onde: LG = liquidez geral
AC = ativo circulante
RLP = realizável a longo prazo
PC = passivo circulante
ELP = exigível a longo prazo

III - Índice de Endividamento Total – calculado pela fórmula abaixo, julgada habilitada a empresa que obtiver a pontuação **menor que 1,0 (um virgula zero).**

$$ET = \frac{PC + ELP}{AT}$$

Onde: ET = endividamento total
PC = passivo circulante
ELP = exigível a longo prazo
AT = ativo total

Para empresas licitantes enquadradas nas categorias de ME, EPP ou MEI, as quais serão dispensadas de apresentar o Balanço Patrimonial, será necessário apresentar os demonstrativos financeiros emitidos pelo Simples Nacional.

c) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
d) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
e) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da lei 14.133/2021): Comprovação de Regularidade Fiscal que será efetuada mediante apresentação dos seguintes documentos com a devida validade regular do uso na data deste Certame:
a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ (na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011);
b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal ou Alvará, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
d) Certidão de regularidade de débito com a Secretaria da Receita Federal, com a Procuradoria da Fazenda Nacional, inclusive abrange as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, mediante da Certidão Negativa ou Positiva com efeito negativo de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
e) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada, ou outra equivalente, na forma da lei;

e.1) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
f) Certidão Negativa de Débitos para com o Município do Domicílio da Empresa.
g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
h) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal, em conformidade ao disposto da Lei nº 8.036/90.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

a) Declaração Conjunta

- ✓ Assume inteira e completa responsabilidade pelo(a) fornecimento de materiais e/ou prestação dos serviços, nos prazos, forma e condições editalícios, sujeitos à fiscalização do Município de Tibau/RN;

- ✓ Não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos, atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988;

- ✓ Não existem fatos supervenientes impeditivos de sua participação na presente licitação;

- ✓ Aceita todas as exigências formuladas neste Edital;

- ✓ Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela contratação;

- ✓ Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela contratação.

- ✓ Informa os dados pessoais do representante legal que assinará o Contrato, como: Nome completo, profissão, cargo que exerce na empresa, estado civil, endereço do domicilio, número do CPF e RG, bem como o email e o número de telefone para contatos.

- ✓ A exequibilidade dos preços da proposta após a fase de lances objeto deste Pregão, nas condições exigidas no respectivo Termo de referência.

- ✓ Assume inteira responsabilidade pela autenticidade e veracidade das certidões apresentadas e que se submete às condições do Edital, em todas as fases da licitação.
- ✓ Sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- ✓ Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- ✓ Cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos no Edital do Pregão em epígrafe.

XIII- PRAZO DE VIGÊNCIA:

O prazo de vigência será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do Contrato ou Ata de Registro de Preços.

XIV- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Este termo de referência encontra-se fundamentado no art. 6º, inciso XXIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

Tibau/RN, 01 de outubro de 2026.

_____

Marcia Cristina Alves Justino Barbosa
Secretária Municipal de Saúde